

## RESENHA

# POR UM DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO: o caso do Brasil.

Ricardo Infante, Carlos Mussi e Mauro Oddo Nogueira (Editores)  
Santiago do Chile: Cepal, 2015.

Recebida em 27 de Outubro  
de 2015

Aprovada em 19 de Janeiro de  
2015

## I. Introdução

A partir do novo cenário econômico mundial, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea –, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal – e a Organização Internacional do Trabalho – OIT – voltaram a se debruçar sobre a questão da produtividade na economia, especialmente no que se refere à heterogeneidade estrutural (HE) e ao seu papel como inibidor de um processo de desenvolvimento inclusivo. A partir de um acordo de cooperação técnica, produziram uma série de estudos, cujos resultados acabam de ser reunidos por seus coordenadores – Ricardo Infante (Cepal/OIT), Carlos Mussi (Cepal) e Mauro Oddo Nogueira (Ipea) – no livro *Por um desenvolvimento inclusivo: o caso do Brasil*<sup>1</sup>, que apresenta uma análise das características e implicações dos diferenciais de produtividade do trabalho dos vários segmentos da estrutura produtiva do Brasil. A obra desenvolve-se em torno de três temas centrais: o primeiro, com quatro capítulos, é um conjunto de análises descritivas da HE no Brasil; o segundo bloco, com três capítulos, cuida das relações e implicações econômicas da HE; o oitavo capítulo conforma o terceiro bloco, com uma comparação entre a HE no Brasil e no mundo, e uma análise de suas perspectivas de superação.

**MARCIO WOHLERS DE  
ALMEIDA**

Professor Associado do Instituto de Economia - UNICAMP

## 2. A heterogeneidade estrutural no Brasil

O primeiro capítulo, de Gabriel Coelho SquEFF (Ipea) e Mauro Oddo Nogueira (Ipea), busca construir um dimensionamento da evolução da HE – intersetorial – no Brasil a partir dos anos 1950.

Entre as conclusões, destaca-se a de que, em cerca de 60 anos, mesmo passando por profundas transformações, a dinâmica da produtividade do trabalho (PT) pouco se alterou. Mais ainda, a partir dos 1980, observou-se uma redução da precariedade das condições de trabalho (formalização), uma melhora na distribuição de renda e na participação de trabalhadores com escolaridade mais elevada, porém acompanhados de um processo de convergência produtiva “para baixo”, com uma redução da produtividade dos setores onde esta era mais alta.

O segundo texto, de Mauro Oddo Nogueira (Ipea) e João Maria de Oliveira (Ipea), apresenta uma visão da heterogeneidade intrassetorial no país na década de 2000, tendo como base a dispersão das produtividades dentro dos setores, além de uma análise da decomposição (*shift-share*) da produtividade da economia.

A principal conclusão do estudo foi a de que, a despeito do registro de convergência produtiva,

o crescimento da produtividade deve-se a atividades que, dadas as características de origem de capital e a forma como operam no país, têm pouca capacidade de transbordamento e arraste tecnológico (indústria automobilística, farmacêutica e automação bancária) ou são intensivas em recursos naturais (agropecuária, cimento, papel e celulose). Sinais de que a economia pode estar caminhando para uma fragilidade em relação à conjuntura internacional, criando dependência dos preços internacionais de *commodities* e do mercado financeiro global.

Os aspectos relacionados à agropecuária brasileira e suas distribuições produtivas e tecnológicas são abordados por José Eustáquio Vieira Filho (Ipea), Gesmar Rosa dos Santos (Ipea) e Armando Fornazier (bolsista Ipea) no terceiro capítulo. O objetivo do estudo foi o de analisar sua heterogeneidade, classificando os estabelecimentos agropecuários por grupos tecnológicos, segundo critérios econômicos e qualitativos da tecnologia e do ambiente institucional, e por concentração produtiva.

Constatou-se que a heterogeneidade regional interna por grupos tecnológicos e entre os estados brasileiros é bastante significativa. Chama a atenção o fato de que o grupo que possui maior área de terra ocupada média é exatamente o de agricultura comercial de baixa intensidade

tecnológica e menor produtividade. Esse grupo retrata a realidade dos grandes latifúndios improdutivos. O trabalho aponta, ainda, para o fato de que seria dispensável a classificação distintiva entre agricultura comercial e familiar. Existem agricultores tanto produtivos quanto ineficientes nos dois segmentos, o que exige a formulação de políticas públicas mais específicas.

O quarto, de autoria de Miguel Matteo (Ipea), trata da perspectiva regional da HE no Brasil. Entre suas conclusões, destaca-se a clara existência de heterogeneidade produtiva entre as regiões brasileiras, bem como sua perpetuação no tempo. Chama atenção o fato de que os diferenciais, em certos casos, aumentam de intensidade quando comparados os mesmos setores de atividade nas diversas regiões. Nesse caso, evidencia-se que a heterogeneidade intrasetorial, decorrente das disparidades de produtividade entre as atividades de um mesmo setor e entre o próprio modelo de produção dos diversos empreendimentos dentro de uma mesma atividade, possui considerável correlação com a distribuição geográfica.

### **3. Implicações da heterogeneidade estrutural no Brasil**

No quinto capítulo encontramos uma perspectiva macroeconômica. Tendo por autores Gabriel Squeff (Ipea) e Victor Leonardo de Araújo

(Ipea), trata-se de um estudo que busca correlacionar a HE na indústria brasileira e a evolução da taxa de câmbio.

Sua principal conclusão é a de que o efeito da taxa de câmbio sobre a PT difere, em sinal e magnitude, nos diversos setores industriais. Os mais produtivos são os que mais se beneficiam da valorização cambial, aprofundando a HE no país. Daí se depreende que obter convergência produtiva na indústria brasileira sob um cenário de apreciação cambial é uma tarefa bastante difícil. O câmbio desvalorizado seria mais uma condição necessária do que suficiente, sendo imprescindível que estímulos adicionais sejam oferecidos, sem os quais os setores de baixa produtividade correrão o risco de permanecerem pouco produtivos mesmo com câmbio desvalorizado.

O sexto trabalho considera a perspectiva microeconômica, avaliando a questão da HE na perspectiva das firmas industriais brasileiras. Seus autores são Eva Yamila da Silva Catela (bolsista Ipea) e Gabriel Porcile (Cepal). Seu objetivo é o de analisar, a partir de uma perspectiva microeconômica, a distribuição das firmas entre diferentes estratos de produtividade dentro da indústria de transformação, assim como a dinâmica de transição destas firmas dentro e entre estes estratos.

Em suas conclusões, confirma-se a elevada heterogeneidade dentro da indústria de

transformação brasileira. Os resultados ratificam a existência de forte heterogeneidade intersetorial. Ficou também evidente uma forte heterogeneidade intrasetorial, dado que empresas que apresentam processos produtivos semelhantes em termos de intensidade tecnológica não podem ser consideradas homogêneas. Além disso, a partir de um modelo probit, foi possível identificar como diferentes variáveis influenciam o desempenho em termos de produtividade das empresas, indicando os fatores capazes de influenciar em sua transição entre estratos.

A correlação entre a HE e desigualdade de renda é avaliada por Sergei Soares (Ipea) no sétimo capítulo. A despeito do estudo não ter sido conclusivo, algumas observações importantes se destacaram. Em primeiro lugar, existem diferenciais setoriais de salário grandes e relativamente estáveis. Além disso, tanto a desigualdade de rendimentos como de PT estão caindo, e caindo juntos. Este é um resultado idiossincrático do Brasil, até porque, na maior parte dos países mundo, a desigualdade está aumentando e não caindo.

#### **4. Comparação internacional**

Finalmente, no oitavo capítulo, Ricardo Infante (Cepal) efetua uma comparação internacional da HE no Brasil e uma análise de suas perspectivas de superação.

O texto mostra os possíveis cenários de convergência produtiva do Brasil em relação a países que estão atualmente no limiar do desenvolvimento (por exemplo, Portugal). A conclusão é que, para avançar em condições de igualdade ao limiar do desenvolvimento, o Brasil deve empreender uma estratégia de crescimento econômico com menor HE e mais desenvolvimento produtivo, cujo dinamismo tenha efeitos positivos sobre a distribuição de renda e a inclusão social. Os exercícios de projeções mostram que essa convergência do Brasil implica um processo baseado em um novo padrão de desenvolvimento de longo prazo, e que se estenderia por duas décadas. Nesse caso, a distribuição de renda passaria a ser mais igualitária.

#### **5. Conclusões**

O livro evidencia que o Brasil vivencia uma notável redução das desigualdades de renda. O conjunto de estudos apresentado no livro mostra que esse fenômeno parece não estar sendo suportado por uma redução de mesma magnitude na PT e que a estrutura produtiva vem se mantendo praticamente tão heterogênea quanto, historicamente, sempre o foi. Há claros indícios de que os estratos menos produtivos podem, em virtude dessa baixa produtividade, limitar a capacidade de avanço nesse processo de melhoria da distribuição de renda.

Da obra emerge como grande desafio o